

Monitoramento da violência

Construindo políticas de gênero

No processo de construção de uma nova forma de monitoramento da violência contra a mulher, executado a partir do lugar da ação política do movimento, o Fórum de Mulheres de Pernambuco promoveu seminário entre os dias 10 e 12 de outubro, em Recife.

No evento, foi apresentado um painel da violência no Estado, seguido de uma mesa sobre "Mecanismos de resistências culturais e sociais no combate à violência contra a mulher". A feminista e professora Lourdes Bandeira ressaltou o fato de as políticas públicas serem dirigidas para as mulheres, mas não significarem políticas de gênero, pois não reconhecerem, nem enfrentarem as desigualdades entre mulheres e homens. Lourdes citou como exemplo delegacias de mulheres onde a violência contra a mulher é tratada como qualquer ocorrência policial ou um crime pontual, com atitudes de discriminação e julgamento moral das mulheres.

O seminário do FMPE também aprofundou a ação do Estado, trazendo a visão de um representante do ministério público, Westhey Conde, que apontou as deficiências da legislação sobre as relações de gênero, seja por inadequação a esse tipo de violência, seja pela não incorporação da dimensão dos direitos humanos das mulheres. Westhey também falou da falta de compromisso, no âmbito jurídico, com os tratados internacionais firmados pelo Estado brasileiro. Sílvia Pimentel (Cladem/Brasil) apresentou pesquisa que ainda indica a impunidade de agressores de mulheres com base na tese de "defesa da honra". No debate, ela foi enfática: "Sendo a honra um atributo intransferível, a mulher não pode carregar sobre si a questão da honra masculina".

Mulheres Rurais

Encerrando o seminário, dia 12, as participantes debateram a ação do movimento de mulheres, com palestras de Ana Paula Portella (SOS Corpo), que falou da necessidade de repensar a violência contra a mulher, tanto no novo contexto da violência praticada no Estado, como no Plano Nacional de Segurança. Vanete Almeida, do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais/NE, alertou para políticas específicas e adequadas à realidade rural, denunciando a situação das mulheres frente à violência dos conflitos agrários e nas desigualdades de gênero existentes na família, no trabalho e até nos sindicatos, onde muitas vezes as mulheres são desqualificadas moral e politicamente.

Também participaram das mesas: Roberto Amado (Instituto NOOS), apresentando experiência educativa com homens agressores, e Amelinha Teles (União de Mulheres/SP), ressaltando a importância da abordagem da violência nos planejamentos e nas ações de saúde, como medida inicial para o reconhecimento da violência de gênero nos serviços de saúde.

Previdência

Perspectiva de justiça social com a nova PEC?

Com a nova Proposta de Emenda Constitucional (PEC) em negociação no Senado, surgem luzes no túnel da reforma da Previdência, abrindo-se novamente a possibilidade de discutir a inclusão social. Efetivar essa possibilidade é algo em disputa no atual jogo político, onde buscam intervir os movimentos de mulheres.

Três pontos da nova PEC tratam de temas polêmicos para os quais os vários partidos buscam acordo. O primeiro trata da inclusão de trabalhadoras/es de baixa renda e de pessoas em trabalho doméstico não remunerado, no âmbito da família. Este segmento é parte dos 40 milhões de brasileiras/os excluídas/os do sistema previdenciário. O segundo aspecto polêmico da nova PEC trata da fixação do valor máximo para aposentadoria de servidoras/es dos três poderes, nos três níveis de governo. Em disputa, sobretudo no Judiciário, o chamado subteto dos estados e municípios. O terceiro ponto polêmico está na taxaço de inativos/as.

Sabe-se que agilizar a tramitação da Proposta é o compromisso do relator da PEC (senador Tião Viana PT/AC), e da própria base governista. Porém, isso não deixa claro qual será o tempo real dessa tramitação, em termos de dias.

De acordo com Guacira César de Oliveira (Cfemea / Coordenação Nacional da AMB), fica para os movimentos de mulheres a tarefa de imprimir a perspectiva de gênero e raça no que será integrado à nova PEC, focando a inclusão na previdência como parte de um sistema de seguridade social.

A disposição dos movimentos de mulheres para atualização do debate será crucial. Portanto, mãos à obra! Nesta nova PEC, todas as nossas ações por inclusão social serão fundamentais na definição de sua amplitude.

14º ENF (13-16 Nov, Porto Alegre, 14enfeminista@uol.com.br)

Que discussão precisa ser feita?

Na seqüência de entrevistas sobre os encontros nacionais feministas, apresentamos as perspectivas de Vera Soares, professora da USP e uma das integrantes do Conselho Diretor da Agenda.

Na programação do 14º Encontro Nacional Feminista, Vera Soares está entre as feministas convidadas a integrar uma das mesas de debates. Ela participou de vários encontros, desde os primeiros realizados. Dentre tantos, destaca o de Bertioga (SP), no qual esteve ligada à organização, e os que aconteceram nos estados do Rio de Janeiro e da Paraíba.

Para ela, os ENFs passaram por vários momentos. Na origem, as feministas queriam que participassem deste espaço todas aquelas que atuavam nos movimentos populares, que estavam nas ONGs, nos partidos, nos governos: "Entendíamos que o momento do encontro era de troca e de formação do feminismo, mas sendo um *momento de pessoas*, não de instituições". Vera nos conta que essa perspectiva já era polêmica desde os primeiros eventos. Na sua opinião, o encontro nacional ficou um pouco enrijecido nessa troca e também ficou maior, com a organização das mesas de debates, deixando menor tempo para os espaços de vivências.

Mas qual seria o papel do ENF, hoje? Segundo Vera, o Encontro não é espaço de deliberação: "É onde podemos pensar - não o feminismo - mas os *feminismos*. A tônica interna do encontro deveria ser aquela que consta no título do próximo ENF: "Feminismo – um projeto político de vida". Neste sentido, o ENF deveria servir à reflexão de questões como: o que é o feminismo, hoje, no Brasil? Que espaço tem este encontro, neste contexto? Estando as feministas em múltiplos espaços, será que falta um espaço para a reflexão aprofundada?

Temos que discutir o movimento, mas também precisamos nos dedicar a pensar sobre qual discussão precisa ser feita e como organizar este espaço do ENF. Portanto, além de discutirmos os *feminismos* no Brasil, hoje, precisamos ver que lugar tem o ENF, neste movimento plural, afirma Vera.

Desafio

Depois de formular tantas questões, ela aponta como questão o fato de, na sociedade brasileira, a desigualdade entre mulheres e homens ser uma idéia aceita. Segundo ela, sabemos que o feminismo explica isso indo além, falando sobre autonomia, diferença de poder etc. Este consenso quanto à desigualdade é uma conquista nossa, particularmente das feministas e mulheres negras. No entanto, também está difuso o senso de que conquistamos a igualdade, o que é falso. Portanto, o desafio atual das feministas é reinstalar a esta discussão

Fórum Brasil Orçamento

Em debate PPA e responsabilidade social

O Fórum Brasil do Orçamento deverá apresentar, até novembro próximo, um anteprojeto de Lei de **Responsabilidade Social**. A proposta foi definida na reunião da coordenação política do FBO, no final de setembro, em Brasília.

De acordo com João Sucupira (Ibase), da coordenação do Fórum, com a implantação da Lei de Responsabilidade Fiscal, passou-se a privilegiar, no país, o acerto das contas públicas, independente das políticas priorizadas. Com esta iniciativa, a perspectiva do FBO não é desconsiderar a importância do equilíbrio de receitas e despesas, mas colocar em discussão a responsabilidade com a dívida social.

Segundo Sucupira, garantir o aspecto fiscal sem a contrapartida social contribuirá para que seja paga a dívida interna, mas gerando – como contraponto – uma realidade de mais pessoas excluídas das políticas públicas. Portanto, a idéia das organizações do Fórum é apresentar outros parâmetros que respondam à dívida social contraída na trajetória política do país.

A formulação do anteprojeto está entre as atividades de médio e longo prazo do FBO, mas em novembro será apresentada uma proposta para dar início aos debates.

Coordenação Política

Reunida no final de setembro, em Brasília, a coordenação política do Fórum Brasil do Orçamento (FBO) também analisou as propostas da Lei Orçamentária Anual (LDO), para 2004, e do Plano Plurianual (PPA) 2004-2007.

Ainda constou na pauta da reunião um debate sobre a atuação do Fórum, dentro do ciclo orçamentário da União, e a definição de uma agenda de trabalho para os próximos meses, que inclui, entre outras coisas, apresentação de emendas ao projeto de Lei do PPA.

Para mais informações sobre a reunião e o FBO, contactar com Gilda Cabral (Cfemea), e-mail: gilda@cfemea.org.br.

CONtextos - Nesta edição, anexamos o relatório da "2ª Oficina de Articulação para Intervir no PPA 2004-2007", realizada dia 29 de setembro, em Brasília. A oficina buscou construir estratégia e agenda conjunta da sociedade civil para intervir na temática orçamentária, no contexto das tramitações do Plano Plurianual 2004/2007 e da Lei de Diretrizes Orçamentárias 2004, no Poder Legislativo. O evento foi uma iniciativa de 28 organizações da sociedade civil, entre as quais, a AMB.

No segundo anexo, segue a Carta de Orientação Básica da Plataforma DhESC Brasil: Todos os Direitos Humanos para Todas/os. A Plataforma reuniu-se dias 2 e 3 de outubro, em Brasília, onde foi eleita a nova coordenação, composta por MNDH, GAJOP, FASE, CJG, FIAN Brasil, CJP-SP, AGENDE e CRIOLA, além das organizações escolhidas suplentes: Terra de Direitos e Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos.